



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião Plenária Ordinária de 29 de julho de 2020

Ata da Assembleia Geral Ordinária do CONEPIR - Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Minas Gerais. Plenária realizada, no dia 29 de julho de 2020, das 14 às 17 horas. Devido à pandemia do COVID - 19, para garantir a ampla participação dos conselheiros a plenária ocorreu na modalidade de web conferência, na plataforma ZOOM Link para acesso à Reunião Plenária Ordinária <https://us02web.zoom.us/j/85080514696>. **Pauta:** 1) Situação dos povos indígenas de Minas Gerais face aos gargalos do COVID-19; 2) Inclusão dos indígenas em contexto urbanos nas políticas públicas; 3) Composição de Câmaras Temáticas e Grupo de Trabalho (GT) saúde da mulher negra. **Informes:** Organização institucional do Conepir (composição de cadeiras dos membros governamentais, apresentação de logo e novo servidor na secretaria executiva do colegiado). Informações sobre a execução do Projeto Arte Salva. A reunião teve início após verificação de quórum. A condução da plenária foi realizada pelo vice-presidente Clever Machado, após a presidente informar que seria necessário ausentar-se devido instabilidade de saúde naquele momento. Como primeiro ponto de pauta foram ouvidas as palavras da Sra. Sandra Terena, Secretária Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que saudou a todos presentes, e informou que necessitará ausentar-se da reunião, entretanto a sra. Izabela Coordenadora Geral dos Povos e Comunidades Tradicionais irá permanecer representando-a. A mesma informa sobre a experiência das aldeias urbanas na região de Curitiba, pois julga que foi muito exitosa. Também expôs sobre economia solidária e políticas públicas para povos indígenas. Sugere que as demandas tiradas desta reunião sejam encaminhadas para a secretaria nacional para as articulações necessárias que a plenária considerar pertinente. Encerrada a fala, Clever solicita que os participantes realizem uma breve apresentação, antes da saída da Secretária. Silvia Contreras se inscreve para fala e ratifica a informação repassada pela Sandra Terena com relação a existência da primeira aldeia indígena no sul do Brasil. Diz já ter morado em Mato Grosso do Sul por 14 anos e que fizeram a primeira ocupação urbana indígena em Campo Grande, no início dos anos 2000, com ajuda do Partido dos Trabalhadores e o MST. Dando continuidade à reunião, o vice-presidente do colegiado solicita ao Ueverson que realize a leitura da pauta, bem como, posteriormente, verificar quórum mais uma vez. Não havendo quórum, Clever informa aos presentes que não haverá aprovação de deliberações. Entretanto, a reunião será mantida para a fala dos presentes. Após este momento, Merong- sociedade civil pelos povos indígenas-diz que todas as terras indígenas não foram doadas pelo governo, mas sim que foram conquistadas com luta e suor dos povos. No Paraná existem as aldeias dos parentes Xetá, Kaingang e Guarani. O povo Xetá deita raízes em épocas que andavam nus, segundo Merong. Ele acrescentou que restaram desta comunidade apenas algumas crianças que foram roubadas, e alguns remanescentes, pois muitos morreram. Pontuou que a terra do povo Xetá no Paraná, foi destruída para ser transformada em plantação de café. Enfatizou que assassinaram todo um povo para uma terra que não produz o café. Hoje, o povo indígena tem que sobreviver em pequenos espaços, especificamente, o povo kamacã. Pontuou, ainda, que existem outras etnias em Belo Horizonte que devem ser respeitadas como a família Kamacã, que saíram da aldeia Caramuru em época de muitos conflitos com fazendeiros, e por causa de pessoas deficientes que necessitavam de tratamento de saúde. Salaria que o governo, até o momento, não tem assistido o povo indígena. Inclusive, foi comunicada que provocações foram feitas para receberem assistência, inclusive na época da pandemia, que participou de reunião com representantes da Funai, para discutirem o assunto. O Comitê Mineiro de apoio as causas indígenas, tem se empenhado na busca por alimentos neste momento de pandemia que estão em situação de abandono. Destaca que esta reunião é um pedido de socorro para que atentem mais para os povos que estão no contexto urbano. Pedindo que aquelas pessoas membros de órgãos e secretarias procurem os

povos indígenas para oferecer assistência, pois julga negligente a forma que os poderes públicos têm tratado aos povos indígenas. Pede para que a Funai possa cumprir o seu papel com os povos, por meio da Educação, Saúde e Território. Finaliza ressaltando que respeito pela vida é o que os povos indígenas querem. Após Merong, Avelin é inscrita para fala e inicia agradecendo o convite para a reunião, relata que os povos indígenas no contexto urbano, como disse bem o parente Merong, foram silenciados por décadas, estão sub-representados e vistos com muito racismo institucional. Pontua a necessidade de atenção para o artesanato na Feira *hippie* e na Praça Sete. Ademais confirmou as considerações do Merong, e informou que tem conversado com a Makota Kizandembu no âmbito municipal, e esta tem apoiado com o banco de alimentos. Destaca a importância das políticas públicas permanentes. Como por exemplo, se houvesse uma política pública permanente de verba para os jogos, para o artesanato indígena, para além da pandemia. E solicita apoio da Prefeitura Municipal para acesso a segurança alimentar, artesanato, moradia, o cuidado das crianças, idosos, mulheres, espaço de convivência para os povos indígenas (Centro de Referência). A próxima inscrita, Luisa- gestora da Secretaria de Saúde- informa as ações desenvolvidas pela SES, tais quais a construção de normativas e materiais orientativos para o período da pandemia; construção de Nota Técnica em parceria com a CEPPIR; construção de Nota Técnica em parceria com a área hospitalar sobre a saúde indígena; construção de material de Atenção Primária à saúde da população indígena no contexto urbano; discussões com as Regionais de Saúde - agendas de atuação; qualificação dos serviços de saúde para o acolhimento da população indígena; diálogo com a Secretaria Municipal de Saúde da PBH, no tratamento dos casos de COVID-19 do povo indígena em contexto urbano; acompanhamento e monitoramento dos casos positivos para COVID-19; identificação de outros povos indígenas em parceria com a Funai para qualificação de abordagem; encaminhamento das normativas para os conselhos estaduais no qual a coordenação tem acento; recebimento de denúncias e demandas da população indígena nos territórios. Luísa encerra sua fala colocando a coordenação à disposição para as articulações que forem necessárias. Posteriormente, a inscrita Daru Piüüna ressalta que o fato dos indígenas morarem nos grandes centros é uma questão de sobrevivência, devido a várias questões, como invasão das terras indígenas. Logo haver um setor da Funai em Belo Horizonte para facilitar o contato e o diálogo é importante. Sugere a construção de um Projeto para a educação indígena das crianças dentro das escolas públicas. Além disso, ela questiona a falta de uma representação indígena do contexto urbano no CONEPIR, e que haja curso de informação sobre a cultura dos povos indígenas para agentes da segurança pública. Destacou, ainda, faltar diálogo da Funai e dos órgãos públicos com os povos que estão na área urbana. Finaliza trazendo a necessidade de ampliação das discussões e identificação dos povos que estão na cidade. Seguindo a ordem de inscrições, Eni Carajá inicia a fala destacando que o Plano Municipal de Cultura traz o indicativo de políticas culturais para os povos indígenas e quilombolas, mas não foi implementado. Outro ponto salientado foi sobre a importância da discussão deste tema no conselho municipal de Belo Horizonte. E mais uma vez foi destacado pelos inscritos a necessidade de aproximação da Funai com os povos indígenas no contexto urbano. Também, enfatiza a questão do preconceito em relação aos povos indígenas nos grandes centros. E solicita um olhar especial para as diretrizes da Lei federal 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc (Cultura), e sobre o escoamento da produção de artesanato indígenas, bem como a necessidade de identificação das comunidades indígenas no Brasil. Eni encerra a fala trazendo a importância do fortalecimento da atuação da Funai nas regiões do Estado. Outro inscrito para fala, André Sucupira, contextualiza o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Funai-ES desde 2013. Pontua que foi realizada uma pesquisa intensa e complexa sobre pautas indígenas, e foi apresentada em Minas Gerais e Brasília. Mas destaca que verificaram poucos avanços desde então. Pontua, também, que a constituição de 1988, trouxe mudanças com relação a educação indígena. E que, hoje, existe uma aproximação da Funai com as Prefeituras, e com o Governo do Estado, estreitando os vínculos para discussão das temáticas de educação indígena. Já os assuntos inerentes à saúde indígena, aponta que esta pauta foi repassada para o Ministério da Saúde. Atualmente, há a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Também salienta a importância da proposta de implantação de um Núcleo de Apoio da Funai em Belo Horizonte. E conclama que todos trabalhem juntos Funai, SESAI, Comitê de apoio as causas Indígenas, Conselhos, Ministério Público, Povos Indígenas de todas as etnias (urbanos e aldeados) para que a implantação aconteça e se estabeleça uma equipe técnica. O gestor da Funai convidado concorda com todas as falas e se coloca à disposição. Posteriormente, conforme inscrições para fala, Patrícia Aragão informa as ações desenvolvidas

pela Secretaria de Educação, dizendo que a Diretoria de Temáticas e Modalidades Especiais tem realizado diálogos próximos aos gestores escolares e superintendências regionais de ensino que tem comunidades indígenas. Além disso, no período de isolamento social, tem sido distribuindo materiais informativos. Nas comunidades indígenas urbanas, a secretaria vê a necessidade de abrir o diálogo, devido as dificuldades enfrentadas neste momento. Frisa ainda que secretaria necessita ser provocada para dar andamento as ações específicas dessa temática, e julga importante aproveitar o diálogo com a CONEPIR e outros setores para melhoria de ações para os estudantes. E, Alexandre Borges, conselheiro pelos povos indígenas no colegiado, inicia sua fala reforçando a necessidade de ouvir a situação dos povos no contexto urbano, e, também, os aldeados, sobre as dificuldades e necessidades. Alega que o trabalho conjunto com a SESAI é dificultado por falta de orçamento, estrutura, logística. E a situação dos povos aldeados e dos centros urbanos não é diferente durante a pandemia. Além disso, Alexandre Borges entende que haver representatividade dos povos indígenas urbanos no CONEPIR é importante. Ele enfatiza que um Procurador é de extrema importância para caminharem os processos relativos aos povos indígenas. E ainda, fazer uma discussão ampla sobre o orçamento no âmbito estadual e federal e mapear onde se encontram as populações indígenas no Estado, identificando as diversas etnias e suas lideranças, bem como melhoraria na saúde para as comunidades. Silvia Contreras corrobora as falas anteriores, inclusive a reflexão da questão da situação dos indígenas no contexto urbano, e da necessidade de haver a representação do povo indígena urbano com assento no CONEPIR. Também pontua que as ações do conselho devem abranger o estado como um todo, e não especificamente em Belo Horizonte dentro do planejamento do CONEPIR nas ações de formação especificamente para a pessoa indígena. Após as considerações, Makota Kizandembu, a próxima inscrita destaca que a PBH recebeu em 19/03, logo após ser decretado o isolamento social, pedido de alimentos vindo do comitê mineiro de apoio as causas indígenas, e isso foi atendido no dia 21/03. Em abril, foi recebida uma lista contendo 40 famílias indígenas para serem cadastradas no programa de cestas básicas. Desta quantidade foram cadastradas 32 e 08 famílias não foram cadastradas por não haver CPFs. Porém, posteriormente, mesmo com a ausência da documentação foi autorizada a entrega das cestas básicas. Informa que no sistema na PBH há 35 famílias indígenas cadastrados. Aqueles que ainda não acessaram o programa, podem enviar e-mail para a coordenação com CPF e endereço para realização do cadastramento. Apresenta, também, outras ações no âmbito municipal realizadas, tais como exposição do artesanato na Praça 7, reuniões com a segurança pública e capacitação para a guarda municipal. Com relação exposição na feira rip, será criado um novo *layout* para inclusão das barracas. Destaca a importância do Plano Municipal de Igualdade Racial pactuado no final de 2019, que contém metas para a saúde indígena, e implantação de centro de referência. Ela faz a ponderação que a constante troca de representantes no conselho dificulta a continuidade das discussões. E por fim, Makota sugere que haja uma reunião entre a DEPIR e os povos indígenas que se apresentaram nesta reunião, visando elencarem as demandas de forma a incluir no Plano, contando, também, com a presença da presidente do conselho. Após esta convidada, o conselheiro Fábio-Sejusp- informa sobre pesquisa realizada pela secretaria que está lotado em relação a pauta indígena. Apresenta a Campanha da Polícia Civil em relação da Delegacia Virtual, local para fazer denúncias de violência doméstica. Após as considerações Clever informa sobre a chegada de 29.400 cestas básicas do Arte Salva, em parceria com a sociedade civil. Para RMDH serão distribuídas 65 cestas demandadas pelo Comitê Mineiro de apoio as causas indígenas no contexto urbano, contabilizando 16 grupos familiares de 12 etnias, oriundos de 4 Países da América Latina. As entregas das cestas foram validadas pelo Conselho, para entrega na RMBH e alguns municípios do interior. Katorã solicita alteração de endereço para a entrega das cestas e repassa o novo endereço ao secretariado. Como último ponto de pauta a ser abordado, Uéverson informa que a regularização dos mandatos do conselho está em processo de publicação, pois a documentação já foi encaminhada para a coordenação da Casa de Direitos Humanos. Informa ainda, sobre a necessidade de realizar a validação, durante esta plenária, dos representantes indicados para composição das Câmaras Técnicas, já compostas, a saber: Câmara Técnica de Orçamento de Política e Promoção da Igualdade Racial (Clever Machado, Makota Kidoiale Cássia Cristina, Iara Pires Viana, Wellington, e convidada Jeane Araújo); Câmara de Conselho da Igualdade Racial (Clever Machado, Jeane Araújo, Elzelina Dóris dos Santos, Ellen Oliveira). Não havendo contrários, a proposta foi aprovada por unanimidade. Clever coloca em validação na plenária, a marca do CONEPIR. Não havendo contrários, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Presenças: Uéverson- Moraes (secretário Executivo do CONEPIR); Clever Alves Machado (CEPIR) Elzelina Dóris dos Santos (SEE), Rosa Maria dos Santos (Secretaria de Estado de Saúde SES); Marilene Pereira de Sousa (Secretaria de Estado de Saúde); Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas (Presidente Conepir); Amanda Pinheiro Campos (SEAPA); Ellen Alves Oliveira (SECULT); Emerson Gregório Santos (Movimento Unificado do Negro de Divinópolis- MUNDI); Imaculada Aparecida Silva- (Grupo São Benedito Afro Brasileiro); Fábio César Araújo Costa (SEJUSP); Lúcia de Fátima Bento (Betim Cor Brazil).Marinalva M. Jesus (Representante dos povos indígenas); Luciano Magela Campos (Grupo São Benedito Afro brasileiro); Makota Kidoiale Cássia Cristina (Manzo Ngunzo Kaiango); Eni Carajá (Indígena). **Convidados:** Sandra Terena (Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial); Isabela Parede (Assessoria da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial); Jeane Araújo (Assessora do gabinete da SUBAS/SEDESE); Nayara Dias (Conepir/SEDESE); Sandra Maria da Silva Andrade (Conselheira do Cepct-MG); André Leandro Sucupira (Coordenador da Funai – E.S.); Katorã e Margarete (Liderança Indígena de BH); Evandro Alves (Subsecretaria de Habitação); Adélia Resende Maia (Subsecretaria de Habitação); Patrícia (Diretoria de Temáticas e Modalidades Especiais da SEE); Naiane (Diretoria de Temáticas e Modalidades especiais da SEE); Ana Cláudia Silva (Defensoria Pública de Minas Gerais); Jorge Luiz de Paula (Fundação Nacional do Índio); Eliete (Fundação Nacional do Índio – E.S.); Makota Kizandembu (Coordenadora de Políticas para Igualdade Racial de BH); Cacique Valdeir Pataxó (Liderança Indígena); Myrtô Aurea de Lima Sucupira (Apoiador técnico em atenção à saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena); Mezaque Silva de Jesus (Liderança indígena); Silvia Contreras; Fátima de Oliveira Neves; Patioba; Margarete Fernandes Katorã (indígena); Avelin Buniacá Kambiwá (Comitê das Comunidades Indígenas de BH); Carla Paiva (CEPIR/SEDESE); Luisa (SES); Hellen Barros (SEPLAG); Siwê Pataxo (representante indígena); Merong Kamakã (povos indígena); Eni Carajá (indígena); Daru Piüüna Tikunã (indígena); Pablo Camargo Indigenista da (Funai) regional do Espírito Santo. Não havendo mais nada a ser tratado, o vice-presidente Clever Machado, agradece a presença de todos e dá por encerrada a reunião. Eu Andréa S. Luiz; MASP: 929309-3 lotada na Sedese/CDH lavrei a presente ata que após aprovada será assinada.

Informa-se que a revisão de nomes, instituições e ortografia foi realizada pela Secretaria Executiva do CONEPIR.



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 26/11/2020, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valdinalva Barbosa Dos Santos Caldas, Usuário Externo**, em 26/11/2020, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Alves de Oliveira, Servidora**, em 26/11/2020, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clever Alves Machado, Servidor(a) Público(a)**, em 26/11/2020, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 26/11/2020, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emersom Gregório Santos, Usuário Externo**, em 27/11/2020, às 07:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lúcia de Fátima Bento, Usuário Externo**, em 19/12/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22303744** e o código CRC **C09C377A**.

Referência: Processo nº 1480.01.0012414/2020-33

SEI nº 22303744